

Fome e Direitos Humanos: uma análise sobre a insegurança alimentar entre migrantes e refugiados

Yasmin Elero¹Rodrigo Alvarenga²Thiago Rocha Cunha³Caroline Filla Rosaneli⁴Anna Silvia P. S. Rocha⁵

Introdução

A condição de migração e refúgio provocada por diferentes fatores, tais como guerras, crises políticas, econômicas e ambientais, possui uma relação direta com o problema da insegurança alimentar e da fome. Os processos migratórios emergenciais e de grande escala expõem a vida à escassez de recursos básicos de subsistência, o que é agravado pelo fato de que a grande maioria dos países violam direitos humanos básicos na forma como recebem grandes grupos de pessoas migrantes, por meio de um processo extremamente demorado e penoso. As migrações internacionais são tratadas pelos Estados Nacionais de forma generalista, ou seja, não são considerados os elementos específicos e individuais que as motivaram, o que faz com que muitos solicitantes de refúgio, sejam prejudicados no acesso ao reconhecimento de

¹ Mestre em Bioética pela PUCPR. E-mail: yasminelero@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas e da graduação em Filosofia da PUCPR. E-mail: alvarenga.rodrigo@pucpr.br.

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. Pós-doutor em Bioética pela Cátedra Unesco da UnB. E-mail: rocha.thiago@pucpr.br.

⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. Pós-doutora em Bioética pela Cátedra Unesco da UnB. E-mail: caroline.rosaneli@pucpr.br.

⁵ Docente da UTFPR. Pós-doutora em Bioética pela PUCPR. E-mail: annarocha@yahoo.com.

seus direitos (Silva et al., 2017; Elero et al., 2018; Friedrich, Bertoldo, Rosaneli, 2022, Moraes et al., 2024; Barbosa et al., 2024).

Os campos de refugiados ao redor do mundo, que decorrem de uma política fronteiriça inapropriada, são marcados pela falta de condições adequadas de sobrevivência e de extrema dificuldade em nutrir a população com as calorias e os nutrientes que seriam necessários para uma vida saudável. O campo se torna o cenário de inúmeras violações de direitos humanos, inclusive pela fome. A situação de insegurança alimentar não se evidencia apenas no campo de refugiados, muitas vezes é a própria fome que leva a migrar.

Apesar de a migração forçada datar de séculos, a preocupação moderna com os refugiados é proveniente do massivo deslocamento causado pela 2ª Guerra Mundial, e de todo processo de violação de direitos humanos que ocorreram contra os imigrantes, refugiados e apátridas durante o caos decorrente da guerra e dos regimes totalitários do século XX. Logo após o término da segunda guerra mundial, as principais potências mundiais se organizaram para fomentar a paz entre os povos, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. Na sequência, o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados (1967), a Declaração de Cartagena (1984), Estatuto dos Apátridas (2002), Declaração Universal Sobre Bioética e Direitos Humanos (2006), entre outros.

Contudo, as questões relacionadas aos direitos humanos dos migrantes e refugiados, em especial a questão da saúde e sua relação direta com a nutrição (Padilla, 2017, Elero et al., 2018; Tavares, Oliveira e Pereira, 2022;

Morais et al., 2024), continuam sendo um grande desafio. Considerando a gravidade da atual situação mundial, o presente trabalho tem como objetivo analisar as produções acadêmicas e científicas sobre a relação entre fome, insegurança alimentar e saúde de imigrantes e refugiados, buscando compreender como essas questões são abordadas sob a ótica da bioética e dos direitos humanos. A análise tomará como referencial teórico-normativo a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH), considerando seu avanço conceitual em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, especialmente no que se refere à **saúde, desigualdade e justiça social**.

Método

Trata-se de uma revisão crítica da literatura, desenvolvida seguindo a metodologia integrativa que proporciona a compilação de conhecimentos e a aplicabilidade dos resultados de estudos significativos na prática, conforme modelos propostos por Souza et al., (2010) e Rosaneli e Fischer, (2024). Para o levantamento do material bibliográfico, as buscas se deram até outubro de 2025, utilizando as seguintes combinações de descritores: “fome AND migrantes”; “fome AND refugiados”. As palavras-chave e suas combinações foram buscadas nos idiomas português e inglês na base de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO.br) e base de dados LILACS - Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (lilacs.bvsalud.org).

Foram encontrados 44 artigos, dos quais 4 foram excluídos por duplicidade, 1 foi excluído devido ao idioma (Russo) e 20 foram excluídos por não estarem diretamente relacionados ao tema, sendo que desses últimos: 4 foram excluídos por abordarem apenas os Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável ou os Objetivos do Milênio, sem trazer relações diretas com refúgio e migração. Restando uma amostra de 19 artigos que foram separados em categorias criadas a partir da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (UNESCO, 2005), quais sejam: Dignidade humana e direitos humanos; Respeito pela vulnerabilidade humana e integridade pessoal; Não discriminação e não estigmatização; Respeito pela diversidade cultural e do pluralismo; Solidariedade e cooperação; e Responsabilidade social e saúde.

Os estudos utilizados estão apresentados sequencialmente, de acordo com o ano de publicação - em ordem decrescente, sendo dispostos conforme autoria, periódico nos quais foram publicados, título e objetivo da análise. A presente amostra contém artigos publicados nos anos de 2024 (1), 2023 (2), 2018 (1), 2017 (2), 2016 (6), 2015 (2), 2013 (1), 2010 (1), 2009 (1), 2004 (2), conforme Quadro 1 abaixo.

Quadro 1- Caracterização dos estudos quanto aos autores, ano de publicação, periódico e título dos artigos incluídos no estudo.

Código	Autor (es)	Periódico Ano de publicação	Título
1	Barbosa et al.	Physis 2024	Migrantes venezuelanos e direito à saúde: percepções de técnicos de enfermagem de um hospital geral.
2	Barcelos et al.	Physis 2023	Migração forçada, refúgio, alimentação e nutrição: uma revisão integrativa da literatura na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
3	Abelson, Silveira, Assis.	Physis 2023	Nas margens da insegurança: investigações sobre crianças em situação de migração e refúgio.
4	Hammelman	Health & Place 2018	Investigating connectivity in the urban food landscapes of migrant women facing food insecurity in

			Washington, DC
5	Gengo et al.	American Journal of Human Biology 2017	Positive effects of refugee presence on host community nutritional status in Turkana County, Kenya
6	Walsemanna et al.	Preventive Medicine 2017	Trends in food insecurity among California residents from 2001 to 2011: Inequities at the intersection of immigration status and ethnicity
7	Annoni, Manzi.	Boletín Mexicano de Derecho Comparado 2016	Política migratória brasileira e seus reflexos para os estados da UNASUL: um estudo a partir do tratamento dado pelo brasil ao caso dos haitianos
8	Denaro, Chiara.	REMHU 2016	Agency, resistance and (forced) mobilities. The case of syrian refugees in transit through Italy
9	Dolma et al.	American Journal of Public Health 2016	Dangerous Journey: Documenting the Experience of Tibetan Refugees
10	Hunter-Adams, Rother.	Appetite 2016	Pregnant in a foreign city: A qualitative analysis of diet and nutrition for cross-border migrant women in Cape Town, South Africa
11	Massad, Hmidat.	Food and Nutrition Bulletin 2016	Double Burden of Undernutrition and Obesity in Palestinian Schoolchildren: A Cross-Sectional Study
12	Myhrvold, Smastuen.	Journal of Clinical Nursing 2016	The mental healthcare needs of undocumented migrants: an exploratory analysis of psychological distress and living conditions among undocumented migrants in Norway
13	Loevinsohn.	Plos One 2015	The 2001-2003 Famine and the Dynamics of HIV in Malawi: A Natural Experiment
14	Mckay, Dunn.	Australian and New Zealand Journal of Public Health 2015	Food security among asylum seekers in Melbourne
15	Kalt et al.	American Journal of Public	Asylum Seekers, Violence and

		Health 2013	Health: A Systematic Review of Research in High-Income Host Countries
16	Borre et al.	American Journal of Industrial Medicine 2010	Working to Eat: Vulnerability, Food Insecurity, and Obesity Among Migrant and Seasonal Farmworker Families
17	Ditton, Lehane.	Journal of Empirical Research on Human Research Ethics 2009	Goals for migrants from burma in thailand
18	Kerr-Pontes et al.	Cadernos Saúde Pública 2004	Prevention of HIV infection among migrant population groups in Northeast Brazil
19	Quandt et al.	Public Health Reports 2004	Household Food Security Among Migrant and Seasonal Latino Farmworkers in North Carolina

Fonte: Elaboração dos autores com base nas fontes pesquisadas (2025).

Os estudos selecionados foram dispostos em uma tabela contendo objetivos, metodologia dos estudos e conclusões desses estudos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Caracterização dos estudos quanto aos objetivos, método de estudo e conclusões.

Código	Objetivo (s)	Metodologia do estudo	Conclusão
1	Conhecer as percepções de técnicos de enfermagem de um hospital geral relativas à imigração venezuelana e suas vulnerabilidades	Pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e descritiva que utilizou a observação participante e entrevistas semiestruturadas com 15 técnicos.	A maioria dos entrevistados opôs-se à imigração dos venezuelanos e seus discursos continham traços de xenofobia, preconceito e discriminação.
2	Analisar a produção científica sobre migrações forçadas, refúgio e nutrição, com foco na segurança alimentar e nutricional.	Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, por meio das bases	Os principais desafios para o acesso à segurança alimentar e nutricional estão nas diversidades culturais evidenciadas pelo idioma e práticas alimentares; a falta de acesso a trabalho



			e renda; acesso a serviços e cuidados adequados em saúde.
3	Objetiva-se analisar, através de revisão bibliográfica sistemática, as abordagens utilizadas para investigar a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade.	Revisão bibliográfica sistemática de 92 artigos publicados entre 2010 e 2019, para investigar a situação de migração e refúgio de crianças até 10 anos de idade.	São escassas e pouco mobilizadoras legislações e protocolos de escuta de crianças, não conseguindo unir esforços universais de proteção e garantia dos direitos fundamentais dessas crianças.
4	Demonstrar a natureza relacional dos alimentos e estratégias de aprovisionamento, fornecendo uma crítica das explicações simplistas da fome, que tratam a insegurança alimentar como responsabilidade de atores econômicos estáticos, ignorantes e individualistas.	Foram realizadas entrevistas com 31 mulheres migrantes em Washington, DC, visando traçar suas condições socioespaciais.	Há necessidade de desenvolver uma cultura alimentar segura que promova a conectividade social e física abordando as causas estruturais da fome na defesa dos migrantes.
5	Verificar se os recursos econômicos e redes comerciais associadas a refugiados têm benefícios para melhorar a saúde e nutrição da comunidade.	Avaliaram o estado nutricional de participantes que foram recrutados em quatro locais no condado de Turkana utilizando espessura das dobras cutâneas e índice de massa corporal (IMC). Entrevistas estruturadas forneceram dados contextuais.	O Campo de Refugiados de Kakuma está associado a uma melhor comunidade de acolhimento em relação ao acesso a alimentos energéticos, em comparação com outros locais regionais relevantes, apresentando desenvolvimento e recursos. Com base nos padrões nutricionais globais, as diferenças observadas provavelmente representam disparidades significativas na saúde geral. Sugere-se que o acesso a cereais através de redes de comércio de

			refugiados e emprego poderia mediar essa relação.
6	Determinar como o <i>status</i> de imigração e etnia estão relacionados às tendências de insegurança alimentar entre migrantes latinos e asiáticos na Califórnia de 2001 a 2011.	Os dados da pesquisa foram extraídos da Entrevista de Saúde da Califórnia de 2001 a 2011. Trata-se de uma pesquisa telefônica transversal de amostra representativa da população californiana não institucionalizada, que seleciona aleatoriamente um adulto elegível dentro de cada domicílio amostrado para participar. As entrevistas foram conduzidas em inglês, espanhol, mandarim, cantonês, vietnamita ou coreano. As análises usaram dados restritos, que contêm informações detalhadas sobre imigração.	As análises sugerem que aproximadamente 1 em cada 4 imigrantes latinos, e 1 em cada 5 imigrantes asiáticos na Califórnia relatam insegurança alimentar, mesmo depois de considerar a ajuda do programas, a proficiência em língua inglesa e duração da residência no país.
7	Analisar como os Estados-membros da UNASUL são afetados pela postura brasileira em não reconhecer o <i>status</i> de refugiados aos migrantes haitianos após o terremoto que acometeu o país em 2010.	Utilizou-se o método dedutivo de análise das fontes, e investigativo documental, quanto ao método de procedimento.	O Brasil deve avaliar novas categorias de refugiados consideradas no o rol de proteção internacional conferido pelos instrumentos existentes. Na população estudada, a possibilidade de enquadramento via refúgio ambiental ou “refugiados da fome” deveria ser considerada, fortalecendo a integração regional por motivos humanitários.
8	Analisar o trânsito de refugiados através da Europa que tomou forma através de práticas de resistência, luta e	A pesquisa realizada entre 2013-2014, foi conduzida usando entrevistas como métodos qualitativos de	Os resultados da pesquisa empírica destacam a imagem dos refugiados como agentes e protagonistas,



	negociação, bem como a tomada de decisão individual, num contexto sociopolítico.	investigação, atribuídos à etnografia social.	demonstrando um distanciamento da interpretação comum de migrantes forçados como “vítimas passivas” como causa e consequência das políticas de migração baseadas na gestão de políticas de emergência, proclamando seu “direito de escolher onde morar”.
9	Documentar as experiências de um grupo de refugiados tibetanos que tentaram fugir para o Nepal pelas montanhas do Himalaia.	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 50 refugiados recentes no Centro Tibetano de Trânsito para Refugiados em Katmandu, Nepal.	Os refugiados que participaram deste estudo sofreram dificuldades físicas e mentais e, muitas vezes, abusos dos direitos humanos em sua jornada ao Nepal. A pressão internacional é necessária para prevenir violações dos direitos humanos e reduzir os potenciais efeitos de saúde física e mental a longo prazo associados a essa perigosa travessia.
10	Identificar como as mulheres migrantes navegam em seu ambiente alimentar durante a gravidez.	Foram realizadas nove discussões de grupos focais (n = 48) com homens e mulheres somalis, congoleses e zimbabwianos e 23 entrevistas em profundidade com mulheres congolesas, somalis e zimbabwianas, que viviam na Cidade do Cabo, explorando a nutrição materna e infantil. As entrevistas incluíram perguntas relacionadas com questões envolvendo gravidez, parto e pós-parto. As perguntas	A pesquisa mostra que níveis de insegurança alimentar em acesso, tempo e disponibilidade financeira foram encontrados nos participantes. Relações culturais e a personificação da saúde durante a gravidez foi relatada na amostra. Desta forma, conclui-se que intervenções nutricionais dirigidas aos migrantes devem considerar a natureza simbólica dos alimentos, o ambiente alimentar cada vez mais globalizado nos



		focaram especificamente em nutrição ao longo deste período.	ambientes urbanos e acesso a preservação da cultura alimentar.
11	Avaliar fatores associados à desnutrição e à supernutrição em escolares com idade entre 5 e 16 anos, na Cisjordânia.	Pesquisou-se uma amostra de 22 escolas administradas pela Agência das Nações Unidas em parceria com o governo palestino para ações com refugiados no Oriente Médio. Foram examinados fatores associados à desnutrição e insegurança alimentar.	Os resultados mostram há importantes riscos nutricionais para crianças e adolescentes na Cisjordânia, e a ocorrência simultânea de desnutrição e obesidade. O estudo destaca a necessidade de equilibrar a gestão e prevenção da obesidade com intervenções para desnutrição.
12	Explorar as necessidades de cuidados de saúde mental dos migrantes indocumentados que vivem na Noruega, para explorar como percebem suas condições de vida e fatores de risco em relação a saúde geral.	Dados sociodemográficos sobre 90 migrantes sem documentos foram obtidos, complementados por dados qualitativos obtidos através de entrevistas e questionários	O alto nível de sofrimento psicológico indica uma necessidade de avaliação diagnóstica e atenção em saúde mental. As condições de vida e acesso aos direitos humanos como alimentação eram tão marginais que a existência do dia-a-dia daquela população estava ameaçada.
13	Analisar insegurança alimentar e HIV em populações migrantes no Malauí.	Modelos de interceptação aleatória e multinível foram usados para relacionar a prevalência de HIV na vigilância pré-natal e a proporção de famílias rurais requerendo ajuda alimentar por conta de devastações climáticas na região.	A fome no Malauí parece ter tido um efeito substancial na dinâmica do HIV e demografia. A miséria e a fome estão atreladas a buscas de melhores condições de vida. Os deslocamentos são explicados em busca de melhores condições de trabalho e de vida onde, separados dos parceiros e da família, os migrantes em geral foram mais propensos a se envolver em sexo fora do

			casamento e serem infectados pelo HIV do que os não migrantes.
14	Explorar a insegurança alimentar entre os requerentes de asilo no <i>Asilo Seeker Resource Center</i> em Melbourne, Austrália.	Questionários estruturados foram realizados com 56 requerentes de asilo. Os questionários examinaram questões em torno do acesso a alimentos, adequação cultural de alimentos, questões de transporte, uso do Banco de Alimentos e questões sobre saúde em geral.	A capacidade dos requerentes de asilo para alcançar a segurança alimentar é limitada por seu acesso restrito ao bem-estar e renda do governo ou do trabalho.
15	Revisar descobertas sobre o estado atual de pesquisas em relação à violência, asilo e condições de saúde de migrantes com pedidos de asilo em acolhimento de países de alta renda.	Foi realizada uma revisão sistemática de literatura sobre violência e problemas de saúde relacionada a preocupações entre migrantes.	Evidências limitadas sugerem que os requerentes de asilo frequentemente experimentam violência e fome, mas estudos em larga escala são necessários para informar as políticas e serviços para este grupo vulnerável muitas vezes no centro de debate político.
16	Verificar se a insegurança alimentar e a obesidade têm consequências potenciais para a saúde dos migrantes e trabalhadores rurais sazonais.	Foram realizadas entrevistas, grupos focais e visitas domiciliares com 36 latinos migrantes e trabalhadores agrícolas sazonais no leste da Carolina do Norte cujos filhos participaram do Migrant Head Start.	A obesidade e a insegurança alimentar de migrantes e trabalhadores rurais sazonais requerem mais estudos para determinar relação com migração e condições de trabalho. A rede de apoio social é importante para as famílias de migrantes e trabalhadores rurais sazonais para melhorar a segurança alimentar. Intervenções políticas e a comunidade local de trabalho podem reduzir o

			risco de insegurança alimentar e melhorar a saúde dos trabalhadores migrantes.
17	Fornecer informações que poderiam ser usadas para desenvolver projetos para ajudar as comunidades étnicas da aldeia a aproximarem-se de alcançar os ODM (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio) em seu ambiente escasso de recursos.	Dados quantitativos e qualitativos foram coletados sobre a saúde relacionada aos ODM e seus indicadores.	A saúde das populações migrantes foi comprometida pela pobreza, exclusão social, e sub ou desemprego. Os ODMs visando projetos para melhorar a saúde dos migrantes poderiam auxiliar na proteção dos vulneráveis.
18	Buscar diferentes configurações, crenças, representações e formas de organização social de comportamento para serem associados com medidas preventivas eficientes contra a AIDS entre migrantes na defesa dos direitos humanos.	A base deste estudo foi uma abordagem qualitativa, foram realizadas e transcritas 26 entrevistas dialógicas sem limites definidos com residentes dos bairros conhecidos por ter grandes populações migrantes identificados pelo Programa de Saúde da Família em Fortaleza e Teresina.	A fome, pobreza, falta de perspectiva e medo estão associados à situação de miséria, exclusão social e preconceito e à total ausência de direitos humanos. A crescente vulnerabilidade está relacionada a complexidade das condições socioeconômica que deve ser considerada em programas de prevenção e controle de HIV na região.
19	Caracterizar os níveis de segurança e insegurança alimentar e fome entre trabalhadores rurais latinos migrantes e sazonais; além de avaliar os preditores de insegurança alimentar e descrever as estratégias utilizadas pelos agricultores para lidar com a insegurança alimentar.	Adultos de 102 famílias de trabalhadores rurais na Carolina do Norte responderam essa pesquisa. 25 trabalhadores rurais participaram de entrevistas em profundidade, eles descreveram a situação de segurança alimentar e as estratégias de enfrentamento de suas famílias.	Famílias com filhos sofreram de maior insegurança alimentar. As famílias que tinham acesso a algum programa de suporte nutricional ficaram menos expostas a fome, embora ela fosse um risco. As estratégias de enfrentamentos em momentos difíceis pelas famílias incluíam pedir dinheiro emprestado, reduzir a variedade de

			alimentos e consumir menos comida para proteger as crianças da fome. A insegurança alimentar foi mais de quatro vezes mais prevalente entre os agregados familiares dos trabalhadores rurais do que entre a população geral dos EUA.
--	--	--	--

Fonte: Elaboração dos autores com base nas fontes pesquisadas (2025).

Resultados

A análise dos estudos permitiu a identificação de diferentes categorias, setorializadas com base na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos– DUBDH (UNESCO, 2005), para a compreensão da fome, insegurança alimentar e violações dos direitos humanos entre migrantes e refugiados. Para uma melhor visibilidade dessas categorias encontradas no transcorrer dos estudos, foram sintetizados e dispostos em forma de quadro (Quadro 3). Na sequência foram subdivididos em categorias para análise e discussão dos dados, seguidos de suas referências (dispostas numericamente conforme tabelas anteriores).

Quadro 3 - Categorização dos estudos pelos princípios da bioética e direitos humanos.

Categorização	Código do estudo
Dignidade humana e direitos humanos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19
Respeito pela vulnerabilidade humana e integridade pessoal	1, 2, 3, 7, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19
Não discriminação e não estigmatização	1, 3, 5, 6, 7, 9
Respeito pela diversidade cultural e do pluralismo	1, 2, 4, 10

Solidariedade e cooperação	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 16, 19
Responsabilidade social e saúde	1, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19

Fonte: os autores (2025).

Dignidade Humana e Direitos Humanos

O conceito de dignidade humana encontra-se nos fundamentos dos direitos humanos, na medida em que reconhece toda a forma de vida humana como tendo uma dignidade em si mesma, independente da experiência ou das consequências das ações de uma pessoa. De acordo com Kant (2011), a dignidade é aquilo para o qual não se pode colocar nenhum preço, que nunca pode ser meio para um fim, portanto, trata-se de algo que possui um valor em si mesmo. “Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então ela tem dignidade” (p. 82).

Para garantir a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais se faz necessário que os interesses e o bem-estar coletivo prevaleçam sobre os interesses individuais ou demandas oriundas do poder científico e da sociedade, como se evidencia na DUBDH: “A dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser respeitados em sua totalidade. Os interesses e o bem-estar do indivíduo devem ter prioridade sobre o interesse exclusivo da ciência ou da sociedade” (UNESCO, 2005).

Observou-se em todos os artigos analisados alguma forma de violação desses direitos. Kalt et al. (2013) apontam para evidências limitadas que sugerem que os requerentes de asilo frequentemente experimentam violência e problemas de saúde, e que mais estudos em larga escala são necessários para informar as políticas e serviços para este grupo vulnerável, muitas vezes no centro de debate político. Para Barbosa et al. (2024), é possível observar a presença de preconceito e estigmatização dos migrantes nas fronteiras da região Norte do Brasil, especialmente no que se refere ao acesso e ao direito à assistência em saúde. Os autores destacam que, para além das garantias

normativas, persiste a necessidade de que os migrantes sejam efetivamente reconhecidos e incluídos como sujeitos de direitos na sociedade brasileira.

Quando no processo migratório acontece com crianças, Abelson, Silveira e Assis (2023) dimensionam que há outros aspectos que agravam a vulnerabilidade infantil, assim como as condições de vida que estabelecem nos novos locais em que vivem como risco de tráfico, exploração sexual, abandono e fome. Os dados globais de crianças refugiadas e migrantes que se deslocam sozinhas aumenta a cada ano, tendo mais de 3,5 milhões de crianças afetadas pela migração, somente na América Latina e Caribe em 2021 (UNICEF, 2021).

Os achados do estudo de Massad e Hmidat (2012) fornecem uma base para a revisão de políticas e programas orientados para famílias com crianças, mesmo em áreas de conflito, onde as populações são expostas à insegurança alimentar. Verificou-se que países de baixa e média renda devem observar tanto a desnutrição quanto o crescimento das taxas de sobrepeso e obesidade, mesmo que ainda não sejam importantes para a saúde pública, pois sem a governança da segurança alimentar e nutricional, somente políticas para fornecer alimentos não são suficientes para enfrentar a crescente ameaça de transição nutricional.

Visando minimizar as ofensas à dignidade e aos direitos humanos, seria necessário apoiar projetos de geração de renda de longo prazo, além de aumentar a proporção de mulheres no mercado de trabalho, aumentar a produção local de alimentos e promover saúde infantil, com foco no aumento da conscientização e encorajamento de mudanças no estilo de vida sedentário (Massad, Hmidat, 2012; Barcelos et al., 2023).

Para Borreet al. (2010) a insegurança alimentar é enraizada no estilo de vida cultural do trabalho agrícola, que se caracteriza pela pobreza e dependência. Estratégias para reduzir o risco de insegurança alimentar foram empregadas pelos trabalhadores agrícolas sazonais, mas é necessária uma assistência do empregador e da comunidade para reduzir os riscos e garantir que os direitos humanos sejam efetivados.

Barbosa et al. (2024) enfatiza que migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil não sejam apenas aliviados da fome no Brasil, mas também de sua necessidade de serem aceitos e incluídos na sociedade.

Respeito pela Vulnerabilidade Humana e Integridade Pessoal

Sabe-se que os indivíduos e grupos, considerando a vulnerabilidade humana, devem ser protegidos, conforme DUBDH:

“A vulnerabilidade humana deve ser levada em consideração na aplicação e no avanço do conhecimento científico, das práticas médicas e de tecnologias associadas. Indivíduos e grupos de vulnerabilidade específica devem ser protegidos e a integridade individual de cada um deve ser respeitada (UNESCO, 2005).

Para Schramm (2008) que refere um olhar especial aos indivíduos e populações afetadas, vulnerados e excluídos nas desigualdades, vê na bioética de proteção um significado específico em assegurar a vida moral e a proteção ética da vida em todos os seus sentidos. Nesse sentido, para Kerr-Pontes et al. (2004), a fome, a falta de perspectivas e medo estão associados com uma situação social de pobreza, exclusão, preconceito e ausência total de direitos. Quando examinados em conjunto, esses elementos definem diferentes configurações de vulnerabilidade dos migrantes.

Ademais, de acordo com Annoni e Manzi (2016) os haitianos estão se deslocando nos últimos anos por necessidade extrema de subsistência e não por mera vontade. No entanto, o Estado acaba colocando os migrantes haitianos em estado de clandestinidade ao proibir o ingresso, o que aumenta ainda mais o estado de vulnerabilidade, incentivando a busca de caminhos ilegais por meio de ‘coiotes’, os quais muitas vezes abusam da condição vulnerável dos migrantes e refugiados.

Para Barbosa et al. (2024), aliado à xenofobia existe um componente socioeconômico, na chegada dos migrantes venezuelanos no Brasil que os vulnerabiliza em situação de extrema pobreza. A pesquisa revela que não há disposição para o acolhimento das vulnerabilidades individuais, seja no uso da assistência de saúde ou em outros serviços públicos quando chegam ao Brasil, mas sim segregação.

Myhrvold e Smastuen (2017), afirmam que os migrantes indocumentados são definidos nacional e internacionalmente como um grupo especialmente vulnerável em relação ao seu estado de saúde, condições e barreiras ao acesso aos cuidados de saúde e ao bem-estar social. Para Padilla (2017) os estudos migratórios necessitam de conhecimento interdisciplinar para consolidação e soluções dos enfrentamentos.

Abelson, Silveira e Assis (2023) afirmam que a vulnerabilidade de crianças, em rotas que precisam seguir por meses, sofrendo com a fome, a violência, a morte e a insegurança física, não terminam com a chegada na nova fronteira. A saúde mental para além do desgaste físico, sequelas e traumas já existentes somam-se a falta de acolhimento e escuta do desamparo infantil.

Para Barcelos et al., (2023), apesar dos desafios e vulnerabilidades vivenciadas pelas populações refugiadas após a migração, escolher migrar e se integrar em uma nova sociedade permite o aumento dos níveis de segurança alimentar e nutricional.

Não Discriminação e não Estigmatização

Conforme o Artigo 11º da DUBDH “nenhum indivíduo ou grupo deve ser discriminado ou estigmatizado por qualquer razão, o que constitui violação à

dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais” (UNESCO, 2005).

Apesar disso, Dolma et al. (2006), afirmam que os encontros dos migrantes e refugiados com os guardas da fronteira e grupos rebeldes invariavelmente levaram a extorsão, violência física ou detenção. Com relação ao tratamento de refugiados pelos Guardas da fronteira do Nepal foram documentados espancamentos, torturas e agressões sexuais sob a mira de uma arma, além das dificuldades físicas, mentais decorrentes dos obstáculos geográficos da região. Em muitos casos se evidencia a necessidade de pressão internacional para garantir que os governos de fronteira cumpram totalmente com as leis internacionais e assegurem o direito à liberdade de circulação, bem como um tratamento humanitário aos requerentes de asilo. Destaca-se que se intervenções efetivas não forem realizadas para tornar as viagens mais seguras, esses migrantes e refugiados podem sofrer efeitos a longo prazo em sua saúde física e mental (Dolma et al., 2006; Granada et al., 2017; Galina et al., 2017; Abelson, Silveira, Assis, 2023).

Walsemann et al. (2017), afirmam que a estigmatização e discriminação dos migrantes e refugiados se manifestam de diversas formas, como por exemplo nas condições de trabalho, normalmente de baixa remuneração ou baixa qualificação, e menor segurança no emprego em comparação com a população local, o que aumenta o risco de insegurança alimentar. Além disso, as percepções de migrantes e refugiados como intrusos ilegítimos mantêm uma carga psicológica de afastamento que prejudica na busca por emprego e na satisfação dos seus direitos humanos mais elementares (Galina et al., 2017; Gengo et al., 2017).

Barbosa et al. (2024), considera que o idioma, é um dos condicionantes da ampliação do estigma contra um grupo dominado (migrantes) pelo grupo dominante (moradores locais), isto pode fragilizar sua manutenção da cultura alimentar.

Respeito pela Diversidade Cultural e do Pluralismo

De acordo com a DUBDH:

“A importância da diversidade cultural e do pluralismo deve receber a devida consideração. Todavia, tais considerações não devem ser invocadas para violar a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais nem os princípios dispostos nesta Declaração, ou para limitar seu escopo” (UNESCO, 2005).

Existem situações de insegurança alimentar que envolvem diferenças culturais, visto que a alimentação faz parte da constituição e reafirmação da subjetividade de uma população, mas a variação de custo entre os países de origem e os de destino muitas vezes excedem os limites de uma planejamento familiar prévio (Hunter-Adams, Rother, 2016). Barcelos et al. (2023), analisa as vulnerabilidades das famílias que estão expostas a um processo de aculturação, com mudanças de hábitos da vida cotidiana, diminuição da comensalidade familiar e acarreta o aumento do consumo de alimentos fora de casa por adolescentes e, de forma mais expressiva, pelos homens.

Nesse sentido, Hammelman (2018) afirma que os bens alimentares desejados eram demasiadamente caros e alguns migrantes relataram que a maior despesa familiar era com comida, muitos iam a várias lojas para comparar preços, enquanto outros escolheram o que cozinhar com base em quais alimentos estavam à venda em um determinado dia ou semana. As mulheres

também procuraram tipos específicos de alimentos, demonstrando a relação profunda que determinados ingredientes têm com a identidade cultural.

Para Barcelos et al., (2023) dentre os principais desafios e barreiras ao acesso à SAN enfrentados pelos migrantes forçados e as violações dos direitos humanos que sofrem estão as dificuldades resultantes das diversidades culturais evidenciadas no idioma e práticas alimentares e o acesso a serviços e aos cuidados adequados em saúde, principalmente no enfrentamento a dupla carga de má-nutrição e no apoio às mulheres em fase de aleitamento.

Para grande parte das crianças é estressante absorver violências e experiências traumáticas em outras culturas, com exclusão e inclusão escolar, condições de moradia, insegurança alimentar, questões de saúde física e mental, além de questões mais subjetivas como a vivência das crianças com violências, guerras, medos, felicidade e paz.

Solidariedade e Cooperação

Com relação à solidariedade entre os seres humanos e a cooperação internacional essas devem ser incentivadas, conforme prevê a Declaração (UNESCO, 2005). Quandt et al. (2004) declaram que famílias sem filhos, não cobertas por políticas emergenciais de alimentos, utilizavam fontes alimentares de emergência, incluindo despensas alimentares, serviços patrocinados pela igreja e agências comunitárias, em uma proporção mais elevada do que as famílias com crianças.

Mckay e Dunn (2015) relatam que uma forma de garantir a solidariedade e cooperação era através de um banco de alimentos que funcionava na Austrália e seguia um 'Modelo de supermercado' - a comida estava nas

prateleiras de uma maneira semelhante como seria em um supermercado, permitindo que os migrantes e refugiados membros (assistido por um voluntário) escolhessem seus próprios mantimentos para a semana. Esse banco de alimentos utilizava um sistema de pontos, no qual membros são alocados com um número de pontos com base em sua renda e situação familiar.

Esta abordagem difere de outros bancos de alimentos que, tipicamente, oferecem aos usuários alimentos pré-embalados. Nesse caso, a oportunidade de selecionar seus próprios mantimentos visava permitir aos requerentes de asilo certo grau de controle sobre suas escolhas alimentares e para garantir, sempre que possível, a seleção de alimentos culturalmente apropriados. Cerca de 150 famílias visitavam este banco de alimentos por seu fornecimento semanal de alimentos. Os requerentes de asilo que visitavam esse banco estavam vivendo em uma comunidade sobre proteção temporária enquanto aguardam o visto de proteção ser processado. Hammelman (2018) alega que cerca de oitenta por cento dos participantes relatou confiar em redes sociais, incluindo família, amigos, vizinhos e empregadores, como uma estratégia de abastecimento de alimentos.

Além disso, a dependência dessas redes para compartilhar comida, transporte, casas, contatos, cuidar de crianças e trabalhar é evidente. Por fim, de acordo com Denaro (2016) paralelamente ao sistema institucional de recepção, observa-se, a partir de 2013, o desenvolvimento de redes informais de ativistas e voluntários, com diferentes antecedentes pessoais, políticos e múltiplos relacionamentos com migrantes e refugiados. Em particular, os refugiados sírios já conheciam alguns ‘números de ajuda antes que eles

deixassem a Líbia ou o Egito, e eles os chamavam do alto mar para as operações de SOS.

Responsabilidade Social e Saúde

Na DUBDH a promoção da saúde e do desenvolvimento social deve ser objetivo central dos governos, buscando sempre o mais alto padrão de saúde atingível e deve ser considerada como um bem social e humano:

“Considerando que usufruir o mais alto padrão de saúde atingível é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, convicção política, condição econômica ou social, o progresso da ciência e da tecnologia deve ampliar: (i) o acesso a cuidados de saúde de qualidade e a medicamentos essenciais, incluindo especialmente aqueles para a saúde de mulheres e crianças, uma vez que a saúde é essencial à vida em si e deve ser considerada como um bem social e humano; (ii) o acesso a nutrição adequada e água de boa qualidade; (iii) a melhoria das condições de vida e do meio ambiente; (iv) a eliminação da marginalização e da exclusão de indivíduos por qualquer que seja o motivo; e (v) a redução da pobreza e do analfabetismo” (UNESCO, 2005).

Dentre as responsabilidades propostas neste documento, o acesso a nutrição adequada, água potável, educação, saneamento básico e cuidados na saúde ambiental são considerados primordiais, porém, as populações vulneráveis padecem pela desigualdade no acesso a saúde e condições de saneamento, expondo-as a fatores de risco que representam uma ameaça direta a vida.

Nesse seguimento, Ditton e Lehane (2009) visando alcançar os chamados na época, Objetivos do Milênio (ODM), relacionados com a saúde dos migrantes da Birmânia que viviam em comunidades fronteiriças na Tailândia propunham: a promoção da produção sustentável de alimentos domésticos; a melhora da qualidade da água e que a adequada eliminação de excrementos fosse

fornecida com urgência; clínicas de saúde móveis gratuitas para cuidados de saúde dos migrantes, incluindo os cuidados pré-natais, atendimentos, testes gratuitos de HIV e imunização; fornecimento de programas de detecção, tratamento e acompanhamento de tuberculose; assistência adicional com medidas de prevenção e tratamento da malária para essas comunidades.

Segundo Hunter-Adams e Rother (2016), a dieta durante a gravidez das migrantes é fundamental para a agenda de saúde pública, ao mesmo tempo que tem um significado vital para o bem-estar e a saúde, melhorando os resultados de vulnerabilidade entre mulheres e crianças. Por fim, Loevinsohn (2015) assevera que, para os profissionais de saúde, a pobreza, a fome e as desigualdades são geralmente consideradas determinantes estruturais da infecção pelo HIV e, quando esses fatores são ignorados, os padrões epidêmicos podem ser mal interpretados. Se uma crise de acesso a alimentos produz mudanças na prevalência e distribuição de infecções por HIV, sugere-se novas perspectivas para a prevenção. Ações que reforcem a segurança alimentar e de subsistência permitiriam que as pessoas fossem menos expostas a situações de risco e diminuísse a incidência de infecção pelo HIV.

Analisando as Categorias

O recente fluxo migratório em larga escala trouxe desafios epidemiológicos relacionados a questões de saúde, insegurança alimentar e fome. Globalmente, estima-se que existam 258 milhões de migrantes internacionais e que mais de 68 milhões de pessoas foram deslocadas à força de suas casas (ACNUR, 2017). Ademais, segundo a FAO (2018), 113 milhões de pessoas em 53 países experimentaram altos níveis de insegurança alimentar em

2018. Nesse sentido, a insegurança alimentar está diretamente relacionada à saúde dessa parcela da população (Borre et al., 2010; Barbosa et al., 2024), sendo que o acesso a alimentos saudáveis, através de redes de apoio e oferta de empregos, poderia ser uma maneira de mitigar essa situação (Denaro, 2016; Barbosa et al., 2024).

Torna-se extremamente necessário desenvolver uma cultura alimentar segura que promova a conectividade social e física entre as pessoas, ao mesmo tempo em que se deve procurar lidar com as causas estruturais da fome (Hammelman, 2018). Desse modo, as intervenções nutricionais dirigidas aos migrantes e refugiados devem considerar a natureza simbólica dos alimentos, o ambiente alimentar cada vez mais globalizado, bem como os contextos nos quais as percepções de saúde evoluem (Hunter-Adams, Rother, 2016; Barcelos et al., 2023; Barbosa et al., 2024).

Um dos legados do bioeticista Van Rensselaer Potter é a classificação dos estados de sobrevivência global, sendo: mera sobrevivência, sobrevivência miserável, sobrevivência idealista, sobrevivência irresponsável e sobrevivência aceitável. No trabalho proposto em questão, os refugiados, dentro da acepção proposta e dos vários motivos para o deslocamento forçado, estão questões de violações de direitos humanos, problemas ambientais e crises humanitárias, entre outras. Estas pessoas se encontram no que Potter classificaria como sobrevivência miserável, “um estado que tende a ser identificado com os estragos da doença ou guerra, e o número de desnutrição, fome ou parasitismo” (Potter, Potter, 1995; p.187), sendo necessário compreender que tal condição não é fruto de uma escolha ou negligência com relação ao modo como organizaram suas vidas, mas o resultado de um processo de dominação.

A inobservância e homogeneidade de tratamento dos Estados soberanos em relação aos fluxos mistos de migração, sem considerar muitas vezes o motivo do deslocamento, agravam ainda mais as violações de direitos humanos. Silva et al. (2017), ressaltam a importância da compreensão do papel do Estado-nação nos fluxos de migração e a necessidade de entender o fenômeno migratório como algo complexo, necessitando de vários níveis de análise. Para Lacerda e Gama (2016), é preciso repensar a própria concepção de identidade, a qual está intimamente ligado a concepção de cidadania e de humanidade que acredita e se defende.

Assim como existem vários dispositivos que versam sobre os direitos dos migrantes e refugiados, o direito à alimentação também se faz presente em diversos dispositivos internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (1974), Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial (1996), entre outros.

Os artigos evidenciaram a miríade de desafios enfrentados por migrantes e refugiados, cuja situação socioeconômica leva a vulnerabilidades que ferem os direitos humanos. Como os direitos humanos são interdependentes, a violação do direito à alimentação fere uma série de outros direitos, pois a fome irá afetar a saúde, a vida, a educação, e todos os aspectos da existência do indivíduo (FAO, 2018).

Embora a sociedade seja sensível a tais violações, principalmente quando imagens fortes chocam a opinião pública, a superexposição não é uma contribuição para que se adquira sensibilidade com relação à causa dos direitos

dos migrantes e refugiados, pois a “representação estereotipada das vítimas afasta, das nossas consciências, as vozes das pessoas que reivindicam o direito a uma existência digna e que nos confrontam com a obrigação de esclarecer as responsabilidades, de desmascarar e acusar os carnílices” (Pussetti, 2017; p.270). Isso porque a complexidade do fenômeno e os fatores sociais e políticos da exclusão acabam sendo deixados de lado, impedindo uma reflexão que possa comprometer e responsabilizar toda a sociedade.

Considerações Finais

O estudo demonstrou a necessidade de reconhecer que a sociedade em grande parte dos países promove uma orientação egoísta e excludente, e tenta justificar moralmente tal realidade perante o dilema do desperdício de alimentos e da falta dele. Embora existam em países como o Brasil a intervenção humanitária de uma série de entidades e organização da sociedade civil, sem a participação estatal nos termos das cooperações internacionais e a formulação de políticas públicas específicas de combate à miséria e à fome, será impossível lidar de forma responsável com as violações de direitos humanos que assolam de modo tão grave as pessoas migrantes e refugiadas e garantir o respeito à dignidade humana

Sob a perspectiva da fome e dos fatores que a agravam no processo de busca por melhores condições de sobrevivência, incluindo o nacionalismo e xenofobia decorrente, a política voltada mais para dificultar do que acolher a entrada do estrangeiro reproduz aquilo que Hannah Arendt (1983) já havia evidenciado a partir dos horrores promovidos pelos regimes totalitários do século XX. Em face do estrangeiro, o mesmo problema bioético encontra-se em

questão, o da banalidade do mal, fenômeno resultante da perda da capacidade de avaliar moralmente uma ação, que decorre de uma ausência quase que completa de reflexão. Diante desse cenário, que se perpetua e demonstra sinais de agravamento na contemporaneidade, torna-se necessário exercer o tipo de reflexão do qual falava Hannah Arendt, aquela que pela afirmação da pluralidade incide diretamente na vida prática pela ampliação da capacidade de julgar em vista do estabelecimento de uma sociedade justa.

Referências

1. ABELSON, Maria Isabel; SILVEIRA, Liane; ASSIS, Simone. Nas margens da insegurança: investigações sobre crianças em situação de migração e refúgio. *Physis*, v. 33, p. e33072, 2023. <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333072>
2. ACNUR. Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados 2018. *Tendencias globales desplazamiento forzado en 2017*. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2018/Global_Trends_Forced_Displacement_in_2017/TendenciasGlobales_2017_web.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.
3. ANNONI, Danielle; MANZI, Maria Julia Lima. Política migratória brasileira e seus reflexos para os estados da UNASUL: um estudo a partir do tratamento dado pelo Brasil ao caso dos haitianos. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, v.1, p.13-504, 2016. <https://www.elsevier.es/es-revista-boletin-mexicano-derecho-comparado-77-pdf-S0041863318300723>.
4. ARENDT, Hannah. *Um relato sobre a banalidade do mal: Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Diagrama & texto; 1983.

5. BARBOSA Loeste; SALES, Alberone; CAVALCANTE NETO, Aristides; OLIVEIRA, Maria Amélia. Migrantes venezuelanos e direito à saúde: percepções de técnicos de enfermagem de um hospital geral. *Physis*, v. 34, p. e34036, 2024. <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434036pt>
6. BARCELOS, Thainá; CAVALCANTE, João; FAERSTEIN, Eduardo; DAMIÃO Jorginete. Migração forçada, refúgio, alimentação e nutrição: uma revisão integrativa da literatura na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. *Physis*, v.33, p. e33026, 2023. <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333026>
7. BORRE, Kristen; ERTLE, Luke; GRAFF, Mariaelisa. Working to Eat: Vulnerability, Food Insecurity, and Obesity Among Migrant and Seasonal Farmworker Families. *American Journal of Industrial Medicine*, v. 53, p. 443-462, 2010. <https://doi.org/10.1002/ajim.20836>
8. CARVALHO, Regina Parizi Ribeiro; ALBUQUERQUE, Aline. Desigualdade, bioética e Direitos humanos. *Revista Bioética*, v. 23, n. 2, p. 227-237, 2015. <https://doi.org/10.1590/1983-80422015232061>
9. DENARO, Chiara. Agency, resistance and (forced) mobilities. The case of Syrian refugees in transit through Italy. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 24, n. 47, p. 77-96, 2016. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004706>
10. DITTON, Mary J.; LEHANE, Leigh. Goals for migrants from burma in Thailand. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, v. 4, p. 37-48, 2009. <https://doi.org/10.1525/jer.2009.4.3.37>
11. DOLMA, Sonam; et al. Dangerous Journey: Documenting the Experience of Tibetan Refugees. *American Journal of Public Health*, v. 96, p. 2061-2064, 2006. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2005.067777>
12. ELERO, Yasmin; ROSANELI, Caroline Filla; ROCHA, Anna Silvia; FRIEDRICH, Tatyana; CRUZ, Jasmine; CUNHA, Thiago. Segurança alimentar de migrantes e refugiados: um desafio bioético. *Revista Brasileira De Bioética*, v. 14, p. 192, 2018. <https://doi.org/10.26512/rbb.v14iedsup.26837>

13. FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2018*. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i9553en/i9553en.pdf>.
14. FRIEDRICH, Tatyana; BERTOLDO, Jaqueline; ROSANELI, Caroline Filla. Derecho a la educación para los refugiados (as): la evolución del concepto en el plan internacional. *Revista Inclusiones*, v. 9, p.155-71. <https://doi.org/10.58210/fprc3395>.
15. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PELA INFÂNCIA (UNICEF). UNICEF aponta recorde de 37 milhões de crianças deslocadas. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/186958-unicef-aponta-recorde-de-37-milh%C3%B5es-de-crian%C3%A7as-deslocadas>.
16. GALINA, Vivian F.; SILVA, Tatiane B. B.; HAYDU, Marcelo; MARTIN, Denise. A saúde mental dos refugiados: um olhar sobre estudos qualitativos. *Interface (Botucatu)*, v.21, n.61, p.297-308, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0929>
17. GENGO, R. et al. Positive effects of refugee presence on host community nutritional status in Turkana County, Kenya. *American Journal of Human Biology*, v. 30, p. 1-14, 2017. <https://doi.org/10.1002/ajhb.23060>
18. GRANADA Daniel, CARRENO Ioná, RAMOS Natália, RAMOS Maria C. P. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface (Botucatu)*, v.21, n.61, p.285-296, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0626>
19. HAMMELMAN, Colleen. Investigating connectivity in the urban food landscapes of migrant women facing food insecurity in Washington, DC. *Health & place*, v. 50, p. 89-97, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2018.01.003>
20. HUNTER-ADAMS, Jo; ROTHER, Hanna-Andrea. Pregnant in a foreign city: A qualitative analysis of diet and nutrition for cross-border migrant women in Cape Town, South Africa. *Appetite*, v. 103, p. 403-410, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2016.05.004>
21. KALT, Anne; et al. Asylum Seekers, Violence and Health: A Systematic Review of Research in High-Income Host Countries. *American Journal of*

- Public Health*, v. 103, n. 3, p. 30-42, 2013.
<https://doi.org/10.2105/AJPH.2012.301136>
22. KANT, Immanuel. *A fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70; 2011.
23. KERR-PONTES, Ligia Regina Sansigolo, et al. Prevention of HIV infection among migrant population groups in Northeast Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 1, p. 320-328, 2004.
<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000100050>
24. LACERDA, Ana Luiza; GAMA, Carlos Frederico P. S. O solicitante de refúgio e a soberania moderna: a identidade na diferença”. *Lua Nova*, v. 97, p. 53-80, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/>
25. LOEVINSOHN, Michael. The 2001-03. Famine and the Dynamics of HIV in Malawi: A Natural Experiment. *PLoS One*, v. 10, p. 1-21, 2015.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0135108>
26. MASSAD, Susan; HMIDAT, Mohammad. Farming, Water, Food Sovereignty, and Nutrition in Occupied Palestinian Territories. *International Journal of Food and Nutritional Science*. v. 3, n. 2, p. 359-371, 2016.
<https://doi.org/10.15436/2377-0619.16.932>
27. MCKAY, Fiona H.; DUNN, Matthew. Food security among asylum seekers in Melbourne. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, v. 39, p. 344-349, 2015. <https://doi.org/10.1111/1753-6405.12368>
28. MORAIS, Dayane de Castro; LOPES, Sílvia Oliveira; MIGUEL, Elizangela da Silva; MORAIS, Núbia de Souza; PRIORE Silvia Eloiza. (org). Insegurança alimentar e nutricional em grupos vulneráveis: agricultores familiares, indígenas, quilombolas, população em situação de rua, população ribeirinha, imigrantes e refugiados, LGBTQIA. Viçosa, MG: UFV, IPPDS, 2024.
29. MYHRVOLD, Trine; SMASTUEN, Milada C. The mental healthcare needs of undocumented migrants: na exploratory analysis of psychological distress and living conditions among undocumented migrants in Norway. *Journal of Clinical Nursing*, v. 26, p. 825-839, 2017.
<https://doi.org/10.1111/jocn.13670>

30. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Paris/Lisboa: Unesco; 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>
31. PADILLA, Beatriz. Saúde e migrações: metodologias participativas como ferramentas de promoção da cidadania. *Interface (Botucatu)*, v. 21, n. 61, p. 273-84, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0624>
32. POTTER, Van Rensselaer; POTTER, Lisa. Global Bioethics: Converting Sustainable Development to Global Survival. *Medicine & Global Survival*, v. 2, p. 185-191, 1995. Disponível em: <https://www.ippnw.org/wp-content/uploads/2023/03/MGSV2N3Potter.pdf>
33. PUSSETTI, Chiara. O silêncio dos inocentes. Os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. *Interface (Botucatu)*, v. 21, n. 61, p. 263-272, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0625>
34. QUANDT, Sara A., et al. Household Food Security Among Migrant and Seasonal Latino Farmworkers in North Carolina. *Public Health Reports*, v. 119, p. 568-576, 2004. <https://doi.org/10.1016/j.phr.2004.09.006>
35. ROSANELI, Caroline; FISCHER, Marta. A revisão integrativa como ferramenta para educação profissional e tecnológica em Bioética. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, n. 24, p. e17809, 2024. <https://doi.org/10.15628/rbept.2024.17809>
36. SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. *Revista Bioética*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2008. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/52/55.
37. SILVA, Joao Carlos J.; BOGUS, Lucia M. M.; SILVA, Stéfanie A. G. J. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, p. 15-30, 2017. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0003>

38. SOUZA, Marcela T.; SILVA, Michelly D.; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
39. TAVARES Ariana Oliveira; OLIVEIRA, Teresa Cristina Ciavaglia Vilardi; PEREIRA, Alessandra Santos. Refugiados no Brasil: direitos, políticas públicas e segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 29, p. e022018, 2022. <https://doi.org/10.20396/san.v29i00.8666706>
40. WALSEMANN, Katrina M.; RO, Annie; GEE, Gilbert. Trends in food insecurity among California residents from 2001 to 2011: Inequities at the intersection of immigration status and ethnicity. *Preventive Medicine*, v. 105, p. 142-148, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2017.09.007>

Fome e direitos humanos: uma análise sobre a insegurança alimentar entre migrantes e refugiados

Resumo: A pesquisa teve o objetivo de identificar e discutir as vulnerabilidades relacionadas ao problema da fome e insegurança alimentar entre migrantes e refugiados por meio de uma revisão integrativa de literatura. A análise foi realizada a partir do suporte teórico-normativo da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, documento internacional que trata das questões bioéticas na interface entre direitos humanos e inclui temas relacionados à fome, vulnerabilidade e proteção. O confronto entre os resultados da pesquisa e o referencial analítico permitiu compreender as várias formas de violação de direitos humanos dessa população, que tem na questão da fome a sua face mais dramática. Desse modo, as intervenções nutricionais devem favorecer o desenvolvimento de uma cultura alimentar segura e global, considerando os contextos socioeconômicos e culturais, enquanto investigam-se as causas estruturais da fome e do fenômeno migratório.

Palavras-chave: Fome. Insegurança alimentar. Migração. Direitos humanos.

Hunger and human rights: an analysis of food insecurity between migrants and refugees

Abstract: The research aimed to identify and discuss the vulnerabilities related to the problem of hunger and food insecurity among migrants and refugees through an integrative literature review. The analysis was based on the theoretical and normative support of the Universal Declaration on Bioethics and Human Rights, an international document that deals with bioethical issues at the interface between human rights and includes, issues related to hunger, vulnerability and protection. The confrontation between the results of the research and the analytical framework allowed us to understand the various forms of human rights violation of this population, which has the most dramatic aspect of hunger. Thus, nutritional interventions should promote the development of a safe and comprehensive food culture, taking into account socio-economic and cultural contexts, while investigating the structural causes of hunger and the phenomenon of migration.

Key words: Hunger. Food insecurity. Migration. Human rights.

Hambre y derechos humanos: un análisis sobre la inseguridad alimentaria entre los migrantes y los refugiados

Resumen: La investigación tuvo el objetivo de identificar y discutir las vulnerabilidades relacionadas al problema del hambre e inseguridad alimentaria entre migrantes y refugiados a través de una revisión integrativa de literatura. El análisis se realizó con el apoyo teórico y normativo de la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos, documento internacional que se ocupa de las cuestiones de bioética en la relación entre los derechos humanos e incluye las cuestiones relacionadas con el hambre, la vulnerabilidad y protección. El enfrentamiento entre los resultados de búsqueda y el marco analítico nos permite comprender

las diversas formas de violación de los derechos humanos de esta población, que es el tema del hambre su cara más dramática. Por lo tanto las intervenciones nutricionales deben fomentar el desarrollo de una cultura de seguridad alimentaria global, teniendo en cuenta los contextos socioeconómicos y culturales, mientras que investiga las causas estructurales del hambre y de la migración.

Palabras clave: Hambre. Inseguridad alimentaria. Migración. Derechos humanos.

